

Portugal quer mais crianças. Só não parece querer vê-las.

written by Paulo Moreira | 9 de Junho, 2026

OCIDADÃO
Jornalismo Livre

CRÓNICA
Paulo Moreira



Há décadas que Portugal trava uma luta épica contra a baixa natalidade.

Governos sucedem-se. Especialistas alertam. Conferências multiplicam-se. Produzem-se relatórios, estratégias, grupos de trabalho e projeções demográficas suficientemente alarmistas para convencer qualquer cidadão de que, sem uma intervenção urgente, em 2050 o país será habitado por três reformados, dois turistas e um nómada digital.

Portugal precisa de mais crianças. Urgentemente.

Mas eis que surge uma pergunta desconfortável. Será que gostamos mesmo delas?

Os dados da Pordata, com base nas estatísticas do Eurostat,

revelam que as crianças portuguesas estão entre as que passam mais tempo em estruturas formais de educação na União Europeia.

Entre creches, pré-escolar, escola, prolongamentos de horário, atividades de enriquecimento

curricular e outras designações criadas para evitar a expressão “guardar crianças até os pais saírem do trabalho”, a infância portuguesa aproxima-se perigosamente de um conceito tradicionalmente

reservado aos adultos: o horário completo.

Trinta e oito horas por semana. Não é propriamente um emprego.

Mas já exige presença obrigatória, cumprimento de horários e pausa para almoço.

A diferença é que os trabalhadores recebem salário, as crianças recebem atividades lúdico-pedagógicas.

Naturalmente, a leitura oficial destes números será otimista.

Mais cobertura. Mais inclusão. Mais igualdade de oportunidades. Mais respostas sociais.

E tudo isso é verdade. Mas talvez exista uma segunda leitura.

Talvez Portugal tenha descoberto uma forma particularmente engenhosa de resolver o problema

da conciliação entre vida profissional e vida familiar: reduzir a parte familiar.

É uma solução elegante. Os pais trabalham. As crianças permanecem ocupadas. O Estado

supervisiona. A economia funciona. E todos fingimos que o assunto é exclusivamente educativo.

Há, aliás, um detalhe particularmente delicioso nestes números.

As crianças portuguesas passam cerca de 38 horas por semana na escola.

Já os professores cumprem um horário de 35 horas semanais.

Até aqui nada de especial.

O pormenor curioso é que dessas 35 horas, apenas cerca de 25

correspondem à componente letiva.

As restantes destinam-se a reuniões, relatórios, plataformas, grelhas, formulários, planificações, monitorizações, avaliações, autoavaliações, meta-avaliações e outras atividades fundamentais

para garantir que a atividade de ensinar não perturba excessivamente a atividade de documentar.

Dito de outra forma: há crianças que passam mais tempo na escola do que os próprios professores passam efetivamente a dar aulas.

É um sistema sofisticado. A criança entra às oito da manhã e permanece até ao final da tarde.

O professor ensina durante uma parte desse tempo.

Depois retira-se para a tarefa igualmente nobre de demonstrar, por escrito e em triplicado, que ensinou aquilo que acabou de ensinar.

A escola moderna tornou-se uma instituição exemplar.

As crianças aprendem.

Os professores comprovam que as crianças aprenderam.

Os coordenadores verificam que os professores comprovaram.

A administração certifica que os coordenadores verificaram.

E alguém, algures, elabora um relatório estratégico para confirmar que todo o processo foi adequadamente monitorizado.

Se continuarmos neste caminho, não será surpreendente que um dia a documentação produzida

sobre uma aula ocupe mais tempo do que a própria aula.

E, conhecendo a nossa paixão pela burocracia, esse dia poderá já ter acontecido.

Mas o verdadeiro génio do modelo português talvez esteja noutra parte.

Antigamente existia uma solução informal para o cuidado das crianças.

Chamavam-lhe avós. Eram uma espécie de instituição social descentralizada.

Funcionavam localmente. Tinham disponibilidade. Contavam histórias.

Ensinavam coisas. Preparavam lanches.

E, notavelmente, realizavam todas estas funções sem necessidade de relatórios trimestrais nem indicadores de desempenho.

Mas a modernidade resolveu também esse problema.

Hoje, muitos avós continuam a trabalhar até aos 66 anos, 9 meses, 3 dias, 2 horas, 47 minutos e 23 segundos.

Número que, naturalmente, será atualizado logo que a esperança média de vida aumente mais uma semana.

Assim, o modelo fica finalmente completo.

Os pais trabalham. Os avós trabalham. As crianças permanecem nas instituições.

E o país pode orgulhar-se de ter resolvido o problema da convivência entre gerações eliminando a com admirável eficiência.

Durante séculos, três gerações viveram próximas umas das outras.

Hoje conseguimos finalmente garantir que todas passam o dia em edifícios diferentes.

Chama-se progresso.

E, como todos sabemos, o progresso acontece quando uma solução que existia gratuitamente passa a exigir três edifícios, cinco técnicos especializados, duas plataformas informáticas e financiamento europeu.

Repare-se no paradoxo.

Vivemos num país onde se repete constantemente que as crianças são o nosso bem mais precioso.

Mas também num país onde uma criança que passe a maior parte do dia fora de casa é considerada

perfeitamente integrada. Quanto mais tempo permanece numa instituição, mais resolvido parece estar o problema. É uma forma curiosa de tratar aquilo que consideramos precioso.

Imagine-se aplicar a mesma lógica a outras relações humanas. Se alguém afirmasse amar profundamente o seu cônjuge, mas organizasse toda a sua vida para o deixar entregue a terceiros durante dez horas por dia, talvez surgissem algumas dúvidas sobre a natureza desse amor.

Com as crianças, porém, transformámos essa engenharia social numa virtude.

Aliás, talvez estejamos apenas a ser tímidos. Se a tendência continuar, será legítimo perguntar porque insistimos em interromper o processo todas as noites.

Dormitórios escolares parecem o passo lógico seguinte.

A infraestrutura já existe. Há salas. Há funcionários. Há regulamentos. Há plataformas. Há grelhas. Há planos pedagógicos. Há planos de melhoria. Há planos de recuperação dos planos de melhoria. Há equipas de acompanhamento dos planos de recuperação dos planos de melhoria.

Falta apenas resolver esta antiquada insistência das famílias em conviver com os filhos ao final do dia.

Os mais conservadores chamarão a isto exagero, mas todas as boas ideias pareceram exageradas antes de serem implementadas.

Além disso, poucas coisas definem melhor o nosso tempo do que a capacidade de converter qualquer necessidade humana numa resposta institucional.

Precisamos de cuidar dos idosos? Instituições.

Precisamos de acompanhar crianças? Instituições.

Precisamos de combater a solidão? Programas.

Precisamos de socialização? Técnicos.

Precisamos de brincar? Projetos estruturados.

Precisamos de conversar? Workshops.

A certa altura, a sociedade deixa de resolver problemas.

Passa simplesmente a criar estruturas para os gerir.

A ironia torna-se ainda mais evidente quando observamos a evolução demográfica.

Em cinquenta anos, Portugal passou de um dos países europeus com maior peso de população

infantil para um dos que tem menos crianças.

O país preocupa-se.

Debate-se. Produz estudos. Promove conferências. Interroga-se sobre o futuro.

Pergunta porque é que as famílias não têm mais filhos.

Mas quando uma criança finalmente nasce, o objetivo coletivo parece ser encontrar rapidamente

uma vaga para a integrar numa estrutura formal durante a maior parte do dia.

É uma visão extraordinariamente eficiente da infância.

Primeiro lamentamos a falta de crianças.

Depois organizamos a sociedade para passar o menor tempo possível com elas.

Talvez os números da Pordata mereçam mais do que celebração.

Porque talvez não estejam apenas a medir horas de educação.

Talvez estejam a medir a dimensão exata do espaço que a família foi cedendo ao Estado, ao

mercado e à organização moderna da vida.

Portugal continua preocupado com a falta de crianças.

Mas os dados sugerem uma hipótese incómoda.

Talvez o nosso problema nunca tenha sido a escassez de crianças.

Talvez seja a crescente dificuldade em encontrar um lugar para elas fora das instituições.

Porque um país que pede desesperadamente mais crianças e depois as entrega durante 38 horas

por semana a terceiros corre o risco de parecer contraditório.

Ou, pelo menos, de transmitir uma ideia curiosa. Queremos muito mais crianças.

Só não temos grande disponibilidade para estar com elas.